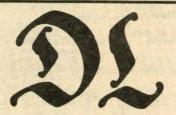


M programa, qualquer programa, como este da Política Económica e Social que o Governo acaba de apresentar ao País, só adquire a sua expressão definitiva no desenvolvimento ulterior de cada capítulo e das correcções prática lhe introduz. Até lá o que pode e deve defini-lo a coesão política das suas linhas de opção, a unidade que, esde a selecção das matérias consideradas de base ao tratation no pormenor, permanece e elimina a contradição.

Será isso que lhe garante eficácia e duração; é daí que salta, com maior ou menor realismo, um conceito das relações o homem português de agora com a sociedade daqui e de la activação de novas propostas de trabalho e de intervenção.

AZÕES de emergência não terão certamente possibilitado uma participação mais ampla dos sectores nacionais na elaboração deste instrumento da nossa vida colectiva. Daí que, na especialidade pelo menos, se lhe possam lever reacções controversas, incitações ao diálogo. Mas se alguma forma um Programa é um apelo à responsabilização dectiva — ao diálogo, portanto, — essas contribuições críticas apoderão robustecê-lo e alargar-lhe o alcance.

E nesse espírito de análise que a omissão duma rubrica



Continuação da pág. 1

dedicada à «Informação» justifica desde já uma reticência apreensiva ao Programa de Política Económica e Social.

À partida, a lacuna afigura-se contraditória, se recordarmos que ainda há dias o Governo decidiu valorizar significativamente este sector, concedendo-lhe maior independência com a nomeação de um ministro, o comandante Jesuino Correia. Mas é sobretudo desencorajante e susceptível de adensar o clima de instabilidade empresarial que há longos meses tem vindo.

a dominar este sector.

Atingida pela crise mundial das matérias-primas, a indústra gráfica do País, e em particular a da Imprensa diária, vê-se agravada por condicionamentos internos e de ordem nacional que a tornam crescentemente deficitária na sua quase totalidade. Reajustamentos salariais, restrições de crédito, diminuição de publicidade — estes e outros tactores estão na base do salo negativo das empresas e são do conhecimento público atraves dos conflitos que nalgumas se têm levantado. E longe de se desanuviar, o horizonte financeiro tende a ensombrar-se ainda mais com as necessidades de reequipamento que se verificam em grande parte das unidades da Imprensa.

Como se previa e se está verificando, não constitui contrapartida de compensação o aumento de preço dos jornais que o Governo entendeu fixar, à margem dos estudos elaborados pela Direcção-Geral dos Precos. Nem parece possível que, a contrário da política praticada noutros países, uma indústra como esta, de interesse público, deva continuar submetida às pressões do mercado financeiro e às soluções de recurso com que se debatem as iniciativas de âmbito privado. Pelo contráto o que está em causa é toda uma política de apoio estata argumentada na função social da Imprensa. A concessão de subsidios e de financiamentos específicos com vistas ao reequipamento das empresas, a redução das tarifas das comunicações, o estabelecimento de uma pauta especial de combustiveis e de energia e a atribuição de certas isenções fiscais, são medidas que ocorrem num primeiro confronto com as soluções adoptadas no estrangeiro.

A etapa de esclarecimento e dinamização cultural en que estamos empenhados, a Imprensa tem mais do que nunca a responsabilidade da palavra e o peso da opinião. Constitui, no maior rigor, um serviço nacional que só em clima estável de trabalho e de reflexão se pode desenvolver.

Isso bastaria, quer-nos parecer, para que, no Plano da nova vida portuguesa, ela figurasse como alinea de reestruturação. E que, exigindo-se-lhe clareza e isenção, lhe fosse dado estímulo prático e programado perspectivas de futuro.